

DA POSIÇÃO ANALISTA DE DISCURSO: ENTRE A CONTINGÊNCIA E A NECESSIDADE DA FILIAÇÃO

FROM THE ANALYST POSITION OF DISCOURSE: BETWEEN THE CONTINGENCY AND THE NECESSITY OF THE AFFILIATION

Andreia Nascimento Carmo **1**
João de Deus Leite **2**

Resumo: Este artigo aborda o nosso percurso de filiação aos pressupostos da Análise de Discurso francesa (AD) de orientação pecheuxtiana. Alcançamos esse percurso, porque concebemos a existência de uma complexidade epistemológica existente entre teoria e método na AD. É que eles não se estabelecem a priori, sendo necessária a construção que a posição analista de discurso empreende diante de seu objeto discursivo. Assim, além de promover uma incursão em fundamentos da AD, este trabalho propõe a análise do enunciado, Nós temos que defender a família. No batimento entre teorizações e análise, destacamos o modo como nossa filiação à AD ganhou feições necessárias e possíveis. Estar filiado à AD é constituir-se em uma posição que lida com a descrição e a interpretação em que a leitura intervém. Em nosso percurso, interessa-nos pensar no modo como, diante da rede conceitual da AD, compreendemos a categoria “não dito” e a operacionalizamos em nossas análises.

Palavras-chave: Análise de Discurso (AD). Filiação Teórica. Não Dito.

Abstract: This article approaches our affiliation path to the assumptions of the French Discourse Analysis (DA) from a Pecheuxtian orientation. We reached this path, because we conceived the existence of an epistemological complexity existing between theory and method in AD. It is that they are not established a priori, being necessary the construction that the discourse analyst position undertakes before its discursive object. Thus, in addition to promoting an incursion into the fundamentals of DA, this work proposes the analysis of the statement, We have to defend the family. In the mix between theorization and analysis, we highlight the way in which our affiliation to DA gained necessary and possible features. Being affiliated with DA is constituting a position that deals with the description and interpretation in which reading intervenes. In our journey, we are interested in thinking about how, in view of the conceptual network of DA, we understand the category “not said” and operationalize it in our analyzes.

Keywords: Discourse Analysis (DA). Theoretical Affiliation. Not Said.

Graduação no Curso de Letras/Português-Inglês, Mestra em Letras **1**
(2017) e Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Tocantins - PPGL/
UFT. Professora de Língua Portuguesa e Inglesa do Ensino Fundamental e
Médio pela SEDUC/TO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8494254620477655>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7627-4911>. E-mail: dreiancn@gmail.com

Graduação no Curso de Letras/Português, pela Universidade **2**
Estadual de Montes Claros; Mestre e Doutor, pela Universidade Federal
de Uberlândia. Professor Adjunto na Universidade Federal do Tocantins.
Foi membro do Conselho Municipal de Educação de Araguaína/Tocantins
(2018-2019). Tem trabalhado com as seguintes temáticas: discursividades
pedagógicas sobre o ensino e a aprendizagem de língua portuguesa em
diferentes situações discursivas, identidade/identificação de diferentes grupos
vulneráveis. É membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e
Subjetividade (GELS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8799618505666633>. ORCID:
<https://orcid.org/0000-0002-8918-9940>. E-mail: joaodedeus@mail.uft.edu.br

Introdução

Este artigo, fruto das reflexões feitas a partir das discussões realizadas durante as aulas da disciplina *Tópicos Especiais III: Análise de Discurso – Teoria, Método e Análise*, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (PPGL/UFT), no ano de 2018, trata-se de uma abordagem sobre o nosso percurso de filiação aos pressupostos da Análise de Discurso francesa (AD) de orientação pecheuxtiana. Para mais, obtemos como *corpus* para análise o enunciado, *Nós temos que defender a família*, apresentando um batimento entre teorizações e análise, destacando o modo como nossa inscrição na AD ganhou feições necessárias e possíveis. Para tanto, propomos uma análise pela perspectiva discursiva, pensando gestos de leituras possíveis para o nosso *corpus* destacado, a partir das categorias “dito” e “não dito”.

No lugar de docentes da rede pública, estar na universidade reascendeu em nós o desejo de ir à busca de novos conhecimentos e melhorias para as práticas em sala de aula na educação básica. Nossa jornada iniciou, efetivamente, com a participação nas disciplinas propostas pelo PPGL/UFT. O primeiro momento de contato com os estudos após a licenciatura aconteceu a partir do ingresso no Mestrado em Letras, em que desenvolvemos uma pesquisa relacionada à literatura e formação do leitor na linha de pesquisa LP 2 – Literatura, Memória e Identidade Cultural em Contextos de Formação. O interesse em não se desvincular da Universidade e a curiosidade em relação ao novo nos encaminhou para uma disciplina de outra linha teórica, a linha de pesquisa L3: Práticas Discursivas em Contexto de Formação, até então, uma novidade: *Tópicos Especiais III: Análise de Discurso – Teoria, Método e Análise*.

Inicialmente, fomos surpreendidos com tamanha grandeza de conhecimento e alarmados pela gama de informações adquiridas em pouco tempo de contato. Porém, é preciso compreender que o mundo não está em repouso; é possível se libertar da ilusão dos sentidos permanentes; da crença que eles são imutáveis. A Análise de Discurso (AD) francesa, tendo Michel Pêcheux como um de seus percussores, é uma disciplina que se constituiu na França nos anos de 1960 a partir de questionamentos sobre o estudo da linguagem. Nessa esteira, a Análise de Discurso sustenta-se, politicamente, por direcionar sentidos, fazendo distinção das relações sociais, isto é, para que haja a possibilidade de se produzir sentidos é necessário que os sujeitos enunciem a partir de seus lugares sociais.

O caminho entre o ler e o analisar, em uma perspectiva discursiva, foi um desafio lançado à instituição de sujeitos que se descobrem pela ausência de uma ordenação absoluta da linguagem. Um dos primeiros impactos do nosso trânsito entre as diferentes linhas de pesquisa foi a concepção da noção de novas maneiras de ler e reconhecer, a partir dessas leituras, como a linguagem pode significar pela relação entre o sujeito, o tempo e o espaço. No segundo momento de contato com a AD, já no curso de doutorado com a disciplina *Fundamentos em Análise de Discurso* proposta em interdisciplinaridade com o Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) e o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult), no ano de 2019, o maior impacto foi a estranheza de estar em uma disciplina com um público extremamente heterogêneo: deparar-se com sujeitos de diversas áreas que versam suas pesquisas em diferentes linhas teóricas, a partir da produção de sentidos nas probabilidades, nas fronteiras do possível. Percebemos sujeitos únicos, e cada sujeito como um elo da grande corrente ideológica que o constitui. É como se a ideologia constituísse um cordão umbilical que foi cortado tornando-nos objeto de desejo para alguém. Os sujeitos clivados pelo inconsciente em busca de preenchimento.

Seduzidos por um não motivo de se escolher ou sermos escolhidos pela eventualidade de nossas relações sociais, buscamos, neste trabalho, problematizar como a filiação ao campo da AD é complexa dada a necessidade de se fazer vincular teoria e método a depender da configuração do objeto do analista. No que diz respeito à categoria “dito”, é importante considerar o que está além do explicitado. Em relação ao “não dito”, essa complexidade se acentua, pois é necessário compor um método que dê conta da relação entre linguístico e histórico. Em nosso percurso, isso se estabelece pela contingência ao reconhecermos a necessidade de apreendermos leituras a começar pelo texto. Porém, não permanecer apenas nele, traçando caminhos que são ideologicamente guiados pela esperança do desejo de compreender e ser

compreendido pelo outro. A constituição da nossa posição analista, no período de primeiro contato com a AD, ocorreu pela inevitável necessidade de sujeitos que buscam completar sua fragmentação; a clivagem. No entanto, fazemo-nos conscientes de que mesmo que continuemos a olhar a linguagem atrás de certezas, a única certeza que podemos ter é que, ora os sentidos se aproximam pela repetibilidade, ora os sentidos se afastam pela irregularidade.

A Análise de Discurso constitui-se a partir de uma intersecção epistemológica entre a Psicanálise freudo-lacaniana, a Linguística moderna saussuriana e o Marxismo histórico. A partir da perspectiva da AD, há muitas maneiras de significar na linguagem, desse modo, os sentidos sempre podem ser outros – o real da história. Assim sendo, a linguagem não é transparente, podendo haver irrupção dos sentidos, no campo do mal-entendido – o real da língua. Inscritos como leitores a partir dessa perspectiva, compreendemos que a AD desperta discussões tentadoras em todos os campos do saber. É inevitável se questionar qual é o seu ponto, o seu lado, o seu limite, mas ela está no entremeio, trabalha nos limites do dizer e do não-dizer. Assim, transportamo-nos do lugar de leitores para a posição de analistas que questionam e problematizam supostas evidências da linguagem, a partir do reconhecimento da existência da historicidade ocultada a olhos nus, e, é tarefa do analista saber procurá-las. É nesse caminho que interessa-nos refletir sobre o nosso percurso e, sobre o modo como diante da rede conceitual da AD, podemos construir sentidos em nossas análises.

Incursões teóricas: AD e sua rede conceitual

O objeto de trabalho da AD é o discurso constituído como prática de linguagem, isto é, a constituição da produção de sentidos pelos sujeitos. As práticas de linguagem estão correlacionadas com os sujeitos e as diversas filiações de sentidos em variadas situações do dizer. Os efeitos de sentidos são constituídos por determinadas condições de produção. Tais condições são estabelecidas por uma ordem estrutural, isto é, as condições de produção, para além da situação, são articuladas pela formação ideológica, pela formação discursiva e pela formação social do sujeito. Desse modo, a AD trabalha com as maneiras de significar, com a linguagem em uso pelo homem, considerando as suas condições de produção. A AD,

como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2015, p.13).

Pelo viés da AD, é pelo discurso que se constata o modo social de produção da linguagem, pois esta não pode ser vista como alheia à sociedade que a produz, uma vez que é essa sociedade que permite as possibilidades de interpelação de um indivíduo pela ideologia, a partir de uma formação discursiva dada, a qual resgata memórias do dizer. Assim, “tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc.” (ORLANDI, 1988, p. 17). Visto desta maneira, o espaço que o sujeito ocupa significa pelas relações de forças no discurso, pois a apropriação da linguagem está no campo do social, lugar que esse sujeito se reproduz, reintegrando o interdiscurso, embora esteja tomado pela ilusão necessária de ser a origem do seu dizer, o esquecimento número um. É no lugar do esquecimento que o sujeito apaga as condições materiais do discurso para enunciá-lo. O sujeito fala, porque há esquecimentos. Pêcheux (1975/1988) os chamou de duas formas: o esquecimento número um, ideológico, em que o sujeito acredita que os sentidos se originam nele; o esquecimento número dois, enunciativo, em que o sujeito diz de uma maneira, acreditando que aquilo só poderia ser dito daquela forma e não de outra.

Considerando que o discurso está inserido numa historicidade e numa prática social, um ponto de encontro entre a memória e a atualidade forma o que a AD trata como aconteci-

mento discursivo. Esse ponto de encontro nos permite falar em uma via de mão dupla em que, por um lado, assegura-se a dispersão dos textos – contingência, equivocidade, enquanto, por outro, a história mantém as regularidades no discurso – formações discursivas, esquecimentos, memórias discursivas. Para Orlandi (1988, p.55), o discurso “é uma prática. Para se encontrar sua regularidade não se analisam seus produtos, mas os processos de sua formação”. O discurso é caracterizado pela maneira como se dá o seu funcionamento – quais as condições de produção de suas regularidades e irregularidades, quais os modos de reprodução dos dizeres articulados antes e em outro lugar. Para Michel Pêcheux (2015), o discurso é

uma sequência linguística de dimensão variável, geralmente superior à frase, referida às condições que determinam a produção dessa sequência em relação a outros discursos, sendo essas condições propriedades ligadas ao lugar daquele que fala e àquele que o discurso visa, isto é, àquele a quem se dirige formal ou informalmente, e ao que é visado através do discurso (PÊCHEUX, 2015, p. 214).

Nesse sentido, o discurso é uma atividade de interlocução entre sujeitos inseridos em determinada formação discursiva, observadas suas condições de produção. O discurso é o “efeito de sentidos” entre interlocutores (PÊCHEUX, 1969/2014, p. 81), uma vez que o que é dito por um locutor nem sempre gera o mesmo sentido para um interlocutor. Os sentidos se alteram de acordo com suas condições de produção, pensando a historicidade, o espaço e o tempo em que se insere o sujeito. Atingir os efeitos de sentidos é ultrapassar a legibilidade dos enunciados, sua interpretação, para que, finalmente, haja sentido a partir da compreensão do modo de se constituir os sentidos pela memória discursiva do sujeito inscrito na história.

Na perspectiva discursiva, a linguagem produz sentido, porque está inscrita na história. Também pela historicidade se determina o sujeito, o qual possui um repertório discursivo – interdiscurso, “acionado” pela posição do sujeito a partir desse repertório – memória discursiva. O interdiscurso relaciona-se ao plano daquilo que é possível de ser enunciado, retoma o já-dito, “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2015, p.29). Dessa maneira, o indivíduo interpelado ideologicamente torna-se sujeito a começar pela tomada de posição que ele assume historicamente, marcada pelas relações de poder; constitui-se, assim, o sujeito discursivo.

Assim sendo, o interdiscurso está associado à memória discursiva, ao que se refere à linguagem compartilhada, àquilo que é possível de ser enunciado por determinados sujeitos. Do ponto de vista discursivo, para o sujeito, o dizer é possível apenas pela memória. Embora esteja filiado a uma rede de sentidos, esse sujeito não tem controle do que fala, porque está afetado, inconscientemente, pela ideologia. Desse modo, aquilo que foi dito antes por outros sujeitos e aquilo que também foi “apagado” constituem a memória discursiva.

A esse apagamento, referimo-nos, novamente, aos esquecimentos teorizados por Pêcheux (1975/1988), pois eles provocam a ilusão de que a linguagem é transparente, fazendo-se mostrar os sentidos como se já existissem intrinsecamente ao texto. A evidência do sentido “apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia” (ORLANDI, 2015, p. 44). Desse modo, para que se produza o dizer, o sujeito precisa estar inscrito em uma formação ideológica e interpelado por uma formação discursiva, a qual organiza os seus esquecimentos para a composição de sua memória discursiva e, assim, o estabelecimento de dizeres. Uma vez que o indivíduo é assujeitado, institui-se a relação ideologia, sujeito e discurso – para que haja discurso é necessário que se tenha um sujeito e, para que haja um sujeito, é necessária uma ideologia.

De acordo com Orlandi (2015), o assujeitamento do indivíduo à língua e à história é o que permite que ele se constitua como sujeito e, assim, possa enunciar e produzir sentidos. Nessa perspectiva, para se cogitar os sentidos possíveis em uma língua, torna-se fundamental pensar uma análise interpretativa – gestos de leitura – a partir da consciência de que há prede-

terminações ideológicas distribuídas de maneiras diferentes entre a divisão de classes. No entanto, essas interpretações também podem ser irregulares, pois, segundo Orlandi (2015, p. 45, 46), “o gesto de interpretação se faz entre a memória institucional (o arquivo) e os efeitos de memória (interdiscurso), podendo assim tanto estabilizar como deslocar sentidos”. Porquanto a linguagem é política, isto é, há uma divisão desigual de sentidos. Em outras palavras, embora eles se filiem a uma rede de constituição, a compreensão de diferentes sentidos torna-se possível pela referência à sua formação discursiva (ORLANDI, 2015). Não há igualdade de sentidos, porque o sujeito falha, devido à contingência – os sentidos sempre podem ser outros.

Por tudo isso, recorremos, novamente, à Orlandi (2015) para reiterarmos que a base do assujeitamento está na contradição do sujeito, em que este pode tudo dizer livremente, mas deve submeter-se à língua. O sujeito é livre para escolher dentro daquilo que já está determinado pela língua e pela história, tornando-se, portanto, submisso. O que o sujeito diz é definido a partir do que foi estabelecido em outro espaço e tempo, considerando a exterioridade histórica. Importa-nos dizer que, assim como a linguagem, os sujeitos e os sentidos são incompletos. O sujeito é clivado pelo inconsciente. A busca pelo preenchimento dessa tal incompletude ocorre nos limites entre o que é livre e o que é determinado, a polissemia e a paráfrase, sobre as quais discorre Orlandi (2015).

Para dar foco ao objetivo deste trabalho, recordamos que produto da atividade discursiva é o texto. Do ponto de vista da AD, o texto é um objeto empírico, “a unidade complexa de significação, consideradas as condições de sua produção” (ORLANDI, 1988, p. 17). No processo de análise interpretativa, faz-se necessário questionar como determinado texto significa e não o quê ele significa. Partindo do texto, mas jamais permanecendo apenas nele, estabelecendo relações de efeitos de sentidos a partir do reconhecimento da heterogeneidade e da equivocidade do texto, a AD trabalha os limites da interpretação. Desse modo, a AD “produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade” (ORLANDI, 2015, p.16). A AD ultrapassa o inteligível, o interpretável, alcançando o campo do compreensível. Dito de outro modo, a AD procura perceber os processos de significação de um objeto simbólico, a fim de alcançar como se constituem os múltiplos sentidos ali presentes.

Atraídos pela AD como uma nova forma de ler, é importante destacar a categoria do não dito, como uma forma de operacionalizar nossas análises. Torna-se desafiador compreender que “ao longo do dizer há toda uma margem de não ditos que também significam” (ORLANDI, 2015, p. 81). Ao se dizer algo, silenciemos outros dizeres que, no entanto, permanecem ali, estabelecendo relações de sentidos com o que foi dito; isto é, o não-dizer também possui sentido. Entre o dito, o que está implícito ou o silêncio há espaços de interpretação em que tantos os sentidos como os sujeitos se movem.

Consideramos, juntamente com Orlandi (2015, p. 81), “que há sempre no dizer um não-dizer necessário”, o não dizer parte do dito e relaciona-se com as suas condições de produção, memória discursiva, pois o que não é dito também significa nas palavras do sujeito, ainda que ele desconheça tal dizer. Chegar ao conceito de não dito é compreendê-lo a partir da assertiva de que, embora o locutor procure por palavras, julgando-as apropriadas para uma compreensão certa dos sentidos que ele almeja lançar aos interlocutores, estes, por sua vez, ouvem também o que não está dito, a voz da ideologia dominante. Dado que cada um de nós, sujeitos, é constituído por discursos instituídos a partir da memória discursiva estabelecida por inúmeras formações discursivas inseridas em formações ideológicas dadas.

O que parece ser um dizer unívoco é na verdade uma rede de sentidos, porque o interdiscurso não é limitado. Ele liga os sentidos entre a memória e o agora. Nessa perspectiva, os sentidos não se desvinculam inteiramente da historicidade. Nesse ponto de encontro, há sempre um vínculo protegido pela história, pelas condições de produção de determinado discurso, e pelo lugar social – seu papel na sociedade – que o sujeito ocupa. Os sentidos são definidos pelos limites, e esse lugar é perigoso, porque alcança tanto o que foi dito como o que não foi dito. Nessa esteira, continuamos nossas reflexões a partir da análise do enunciado, *Nós temos que defender a família*, como veremos a seguir.

Uma exemplificação

A interpretação pela perspectiva discursiva, concebida como possíveis gestos de leituras, aponta para o modo como um objeto simbólico produz sentidos. Desse modo, as maneiras de ler concebidas pela AD compreendem relações de sentidos constituídas entre o que está dito e o que não está dito explicitamente, mobilizando múltiplas possibilidades de leitura. Cabe ao analista articular a noção de discurso, de interdiscurso de formações discursiva e ideológica em que se filiam com o objetivo de sua análise. Assim sendo, propomos uma análise pelo viés discursivo, considerando como *corpus* analítico o seguinte enunciado: *Nós temos que defender a família*.

Para tanto, importa-nos considerar a opacidade da linguagem e sua consequente abertura para a possibilidade de os sentidos sempre serem outros. Desse modo, reiteramos que os sentidos ocorrem pela interpretação que os sujeitos constroem, ainda que os enunciados possuam certa regularidade. Vale lembrar que o analista não interpreta o texto, mas procura compreender como os sentidos são produzidos. Assim, descrever e analisar um enunciado significa definir condições nas quais ele pode ter sido realizado em um jogo de posições possíveis para um sujeito e não para outro, a começar pela materialidade repetível. Um enunciado não pode ser, pois,

isolado como uma frase, uma proposição ou um ato de formulação. Descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas definir as condições nas quais se realizou a função que deu uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência e uma existência específica (FOUCAULT, 2008, p. 123).

Desse modo, reiteramos o quão importante é considerar as condições de produção: sujeito, situação e memória, ao se produzir gestos de leituras sobre determinado enunciado. Portanto, convém-nos pensar de onde parte a formulação *Nós temos que defender a família*. Assim sendo, vejamos as condições de produção para o nosso *corpus* em análise: Durante sessão em plenário, no dia 08 de maio de 2019, a deputada estadual de São Paulo do partido PSL, Letícia Aguiar comemora o decreto¹ assinado em 07 de maio de 2019 pelo presidente Jair Bolsonaro, que altera regras sobre o uso de armas e munições. Em janeiro do mesmo ano, o presidente já havia assinado outro decreto, que flexibiliza o porte de armas para algumas categorias sociais. A deputada, que apresenta entre as suas principais bandeiras a defesa da vida e da família, postou no dia 09 de maio de 2019 em uma de suas redes sociais, que o decreto do dia 07 de maio “garante a todos o direito à vida – o mais sagrado de todos”. Além disso, Letícia Aguiar afirma em seu *post* “Nós temos que defender a família e cabe a cada um querer ou não portar uma arma”.

A partir da descrição acima, tomamos apenas a primeira parte do enunciado, *Nós temos que defender a família*, como recorte para análise. Segundo Eni Orlandi (1984, p.14), pelos recortes determinamos como as relações textuais são representadas, “assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”. Ao optar por um recorte e não outro, o analista apresenta uma posição e não outra. No entanto, ele trabalha no entremeio. O analista não toma partido, mas assume um lugar discursivo, uma vez que é sujeito interpelado ideologicamente.

Ao enunciar, *Nós temos que defender a família*, a deputada Letícia Aguiar, apoiadora do atual governo brasileiro, retoma discursividades que um grupo de sujeitos se filia, gerando determinados efeitos de sentidos e não outros, porque o enunciado surgiu desta maneira e não de outra. Os modos de dizer marcam as relações de poder social presentes no enunciado. Dessa maneira, importa-nos retomar o esquecimento número um, no discurso, apontado por Pêcheux (1975/1988). A partir dessa consciência compreende-se que não somos a origem do

¹ MAZUI, Guilherme. CASTILHOS, Roniara. PALMA Gabriel. Bolsonaro assina decreto que muda regras sobre uso de armas e de munições. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/07/bolsonaro-assina-decreto-que-muda-regras-sobre-uso-de-armas-por-colecionadores-e-atiradores.ghtml>. Acesso em: 15 ago. 2020.

que dizemos o que acontece é uma retomada de sentidos preexistentes.

Considerando panorama do governo brasileiro, um enunciado como, *Nós temos que defender a família*, é parte de um processo discursivo mais amplo. A AD permite-nos ler e problematizar esse processo discursivo a partir da consciência da alteração do lugar de leitor para o de analista, capaz de perceber que no mundo da linguagem os sentidos se tornam possíveis pela articulação das regularidades e, das irregularidades discursivas. Portanto, na posição analista, para alcançarmos a compreensão do processo de produção dos sentidos, devemos tocar na materialidade da língua. Pela maneira como foram organizadas as palavras no recorte em análise, *temos que defender*, no imperativo, concebemos a ideia de ordem, de autoridade. Se há necessidade de defesa, adverte-se que a família está sendo atacada ou minimamente ameaçada por algo ou alguém. Neste caso em específico, é dever dos interlocutores protegê-la disso. Por este viés, interessa-nos propor algumas questões como: de qual família se está falando?; do quê ou de quem essa família deve ser protegida?; quando esta família esteve ou está sendo ameaçada?; quem são os interlocutores?

Dadas as condições de produção supracitadas, entendemos, pelo dito, que a família considerada de bem por não agir com violência física em suas relações sociais, deve ser protegida da violência dos sujeitos que invadem suas casas para roubar, matar, estuprar e torturar os moradores. Ou ainda, a família deve ser protegida também em situações semelhantes quando não estiverem em seu lar. Uma vez que, os perigos possíveis em relação à segurança da família ocorrem tanto dentro como fora de casa. Nesse sentido, a facilitação ao acesso e uso do porte de arma, surge como uma garantia de vida para a família. O que abre vias para compreendermos que a família, pelo ponto de vista apresentado, está sempre sendo ameaçada pela violência física, pois sem armas não possui meios para se defender. Assim sendo, os interlocutores – *Nós* – temos que defendê-la, oferecendo armas em prol da sua legítima defesa.

Nesse cenário, torna-se relevante lembrar da categoria do não dito como espaço de movência dos sentidos. Por esse viés, o enunciado, *Nós temos que defender a família*, abre vias para outros gestos de leitura. Assim sendo, julgamos importante considerar o atual cenário político brasileiro, de extrema direita, o qual reflete uma força religiosa de movimento neopentecostal, que busca governar o país a partir de crenças e da normatização dos comportamentos dos cidadãos. A bancada evangélica no parlamento ganha cada vez mais adeptos, em defesa de feitos que lhes garantam poder, como sustentar um governo que declara defender o fim da ideologia de gênero² nas escolas. O Brasil tem um governo marcado por “pérolas” advindas do Presidente e de seus Ministros, como, *neste governo, menina será princesa e menino será príncipe*³ – fala da Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves; *questão ideológicas não vão acontecer*⁴ – O Ministro da educação, Abraham Weintraub ao se referir às provas do Enem; *A linha mudou. A massa quer o quê? Respeito à família, ninguém quer perseguir minoria nenhuma. Nós não queremos que dinheiro público seja usado dessa maneira*⁵ – Presidente Bolsonaro referindo-se a propagandas que incluam negros e falem em diversidade.

A Constituição Federal de 1988 declara que a família é a base da sociedade e “tem especial proteção do Estado” (Art. 226), inicialmente constituída pelo casamento civil ou religioso. Recentemente, a Emenda Constitucional nº 65, de 2010, considera a união estável entre um homem e uma mulher como entidade familiar pelas Leis nº 8.971/94 e 9.278/96. Embora haja equiparação no Código Civil em relação à união estável entre homens e mulheres, esten-

2 O termo “ideologia de gênero” vem sendo utilizado de modo equivocado para se referir ao gênero separado do sexo biológico. REDAÇÃO. Bolsonaro fala em combater ideologia de gênero. Uol, Brasília, 01 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/bolsonaro-fala-em-combater-ideologia-de-genero-veja-integra-do-discurso.html>. Acesso em: 15 ago. 2020.

3 MAGALHÃES, Mariângela. Entenda por que falas de Damares apontam piora na política para mulher. **Carta Capital**, 10 de janeiro de 2019. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/justica/entenda_falas_damares/. Acesso em: 15 ago. 2020.

4 PUTTI, Alexandre. “Questões ideológicas não vão acontecer no Enem”, diz Weintraub. **Carta Capital**, São Paulo, 25 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/questoes-ideologicas-nao-vaoc-ocorrer-no-enem-diz-weintraub/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

5 REDAÇÃO. Bolsonaro fala em “respeito à família” ao vetar propaganda do BB. **Carta Capital**, São Paulo, 27 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-fala-em-respeito-a-familia-ao-vetar-propaganda-do-bb/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

dendo a aplicação dessas leis à jurisprudência em casos de uniões homoafetivas, o imaginário medieval influencia fortemente uma parcela da população que concebe a família como um lugar de regras disciplinares, de vigilância e de punição, sobretudo para as crianças. É a memória discursiva surgindo como uma forma de sustentar uma educação moral desenvolvida anteriormente por instituições religiosas, em outros lugares de fala. Considerando a formação discursiva religiosa neopentecostal, compreendemos, no enunciado em análise, a forte influência de uma discursividade moralista, pautada em valores éticos e morais mais antigos sobre a composição do que pode ser considerado como uma família.

Todo discurso produz a imagem de um leitor. De acordo com Benveniste (1989), a linguagem é uma forma que o homem possui para atingir o outro. Ela une o ouvinte e o locutor em um processo de interação mútua. A linguagem pressupõe o outro, o seu caráter primordial é significar, e significar é ter um sentido. Obtendo como noção de sentido, a mesma apontada por Benveniste (1989), como um conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por seus locutores, compreendemos que assim como o sujeito,

os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele (ORLANDI, 2015, p. 41).

A posição discursiva dos sujeitos modifica os sentidos das palavras, porque os sentidos transcendem a elas. São as posições ideológicas em que se associam as posições desses sujeitos em determinado espaço e tempo que determinam os sentidos, dado que os sentidos, segundo Orlandi (2015), são determinados ideologicamente.

Continuando com a leitura do nosso recorte analítico, podemos compreender a família tradicional como valor de costumes obtidos como íntegros, o eixo de organização, de valorização e de preservação da proteção à moral e aos bons costumes definidos, historicamente, pela burguesia ainda no século XVII. A família, guiada por moralistas religiosos, passa a proibir algumas práticas como o fato de as crianças dormirem com pessoas mais velhas, ainda, que fossem do mesmo sexo; além de proibir acesso a livros considerados duvidosos. Essas medidas “obrigaram” as meninas a praticarem atividades domésticas, como pequenas mulheres em preparação para o casamento que formaria uma futura família. São lançados às crianças, reflexos de uma imagem daquilo que uma parcela da sociedade interpelada por determinada(s) ideologia(s) deseja que elas sejam. Isso se choca com a possibilidade de novas formas de constituição familiar pautadas em um legado humanista, uma vez que estas não são aceitas pela ideologia religiosa neopentecostal.

Nessa esteira, entendemos que defender a família, referindo-se especificamente à família tradicional, implica defendê-la de possíveis más influências como, por exemplo, a aceitação de relações homoafetivas. Para determinados sujeitos, tais relações contribuem para a destruição do modelo de família estruturada por relações heteroafetivas. Mesmo que consideremos a formação discursiva (FD) religiosa como dominante, do ponto de vista humanista, outro efeito de sentido, também, funciona, contrapondo o poder patriarcal⁶: compreendemos que o enunciado em questão representa certa resistência a outros modelos familiares. Isso mostra que os sentidos, segundo Orlandi (2015), não dependem apenas de intenções de um sujeito, eles estão na sua relação com a exterioridade, nas condições em que são produzidos, remetidos à memória discursiva. Se este enunciado estivesse sido originado de casais homoafetivos, ele produziria outros efeitos de sentidos, alinhados ao interdiscurso estabelecido por outras for-

⁶ Patriarcalismo: Modo de vida de patriarca, chefe de família ou pessoa mais velha a quem se deve respeito. Poder ou influência social do patriarca; refere-se ao chefe de família, à pessoa mais velha ou a fundador de uma ordem religiosa. (Dicionário on-line de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/patriarcalismo/>. Acesso em: 04 mai. 2020).

mações ideológicas, que lançam luz às minorias no jogo de disputas sociais.

No exemplo que apresentamos, o que o enunciado, *Nós temos que defender a família*, silencia? Iguamente à linguagem, o silêncio, também, segundo Orlandi (2007, p. 101), não é transparente, “ele é tão ambíguo quanto as palavras, pois se produz em condições específicas que constituem seu modo de significar”. É o espaço do não dito significando. Remetemo-nos mais uma vez ao esquecimento número dois, também registrado por Pêcheux (1975/1988), aquele em que a ideia de um dizer único e unívoco é desconstruída. Quando um locutor diz, *Nós temos que defender a família*, podemos compreender, dadas determinadas condições de produção, em uma relação parafrástica, por exemplo, Nós não podemos deixar a família ser deformada. Nesta outra forma de dizer, outras palavras são mencionadas e, assim, outros efeitos de sentidos são produzidos. Já que em, *deixar a família ser deformada*, há apelo para a tentativa de interrupção da propagação de novos modelos de família em prol de uma família concebida como instituição gerada pelo matrimônio entre um homem e uma mulher, a família tradicional. Esta é, portanto, composta principalmente, pelo pai, pela mãe e filho (s) ou filha (s). Neste modelo de família, o pai possui o poder hierárquico para com os demais.

Nessa relação entre maneiras de dizer é possível afirmar que outros efeitos de sentidos serão constituídos em acordo com o que foi dito ou não dito explicitamente, ou ainda o que poderia ser dito, mas não foi. Pois “ao longo do dizer, há toda uma margem de não ditos que também significam” (ORLANDI, 2015, p. 81). A linguagem é opaca, ela está aberta para sentidos diversos. Para se produzir sentido, necessitamos considerar os diferentes modos de assujeitamento do indivíduo, a partir de então uma forma-sujeito, com sua historicidade, posição social e condições de produção do discurso, uma vez que o sentido não é unívoco, ele se insere na contingência.

Considerações Finais

Por todo o percurso que traçamos até aqui, somos conscientes das infinitas maneiras de se comunicar. A nossa filiação à AD, concebendo-a como teoria e método, nos permite alcançar um ponto de vista polissêmico. Assim, reconhecemos que em um mesmo dizer há uma multiplicidade de sentidos possíveis. No momento em que uma escolha é feita, outras deixaram de ser feitas e isso significa. As escolhas dos modos de dizer são sempre iniciadas ideologicamente. Na mudança dessas escolhas podemos nos perder, pode haver equívocos. Então o que serviria de sinal para os sujeitos compreenderem os sentidos lançados nesse universo que é a linguagem? Precisaríamos mesmo de um farol como guia? E se esse guia não existir? Os sentidos são parte de um mosaico, de um todo formado pela parte; pedaços de um quebra cabeça composto por sentidos outros que para alguns sujeitos nunca irão se tocar, mas ainda assim, constituem um todo fortalecido pelo apoio individual que compõe o coletivo.

Em tempos difíceis, nesses momentos de tristezas coletivas, a experiência com a linguagem compartilhada faz com que ela pareça homogênea e o caminho do sentido pareça mais curto. No entanto, a partir do momento em que somos interpelados ideologicamente e, assim, tomamos uma posição discursiva e um lugar social, estamos condicionados a tocar determinados sentidos e não outros. O analista sempre irá encontrar laços ideológicos que não foram rompidos. Talvez, pela memória discursiva, eles não possam ser desvinculados. Se partirmos da nossa necessidade de conexão, emitiremos cada vez mais enunciados para nos conectar com o outro e, se os sentidos parecem não serem alcançados, é porque não ouvimos com atenção o que também não foi dito.

Para a AD, a linguagem será sempre mediada pela relação com o outro – interlocutores – e pelo Outro – inconsciente, cultura, etc. A AD reflete como essa linguagem significa as relações. Desse modo, o sujeito não tem controle do que fala, porque é afetado pelo equívoco, torna-se possível o mal-entendido, suscetível ao “erro” dos sentidos. Assim, a linguagem configura-se como opaca, sendo o sujeito, também, afetado pela contingência, dessa forma, os sentidos nunca são os mesmos. Eles estão sempre entre a regra e o jogo, o determinado e o possível.

Na posição de analista, vimos que a tomada de posição do sujeito permite a produção de determinados sentidos e não outros, constituindo um sujeito discursivo, a partir do desdobramento de reproduções ideológicas em suas práticas linguísticas. Em nosso recorte analítico,

o enunciado, *Nos temos que defender a família*, podemos apresentar o modo como ele produz sentidos para diferentes direcionamentos. Cientes de que a AD trabalha com sujeitos e sentidos formados pelas relações sócio-históricas em que eles estão inseridos, foi possível constatar que todo dizer é político. Há, sim, uma divisão desigual de sentidos.

Nessa perspectiva, compreendemos o interdiscurso como o saber discursivo que foi se constituindo ao longo da história e (re)produzindo dizeres: é o como dizemos, agora apagado, determinando o que dizemos. O interdiscurso é a memória discursiva que não se tem controle, que concede ao sujeito a possibilidade dos seus dizeres, em uma repetibilidade possível em seu discurso, para se construir uma história de sentidos pela interpelação desse sujeito, por uma ideologia que define as formações discursivas. Apesar desse discurso ser repetível, ele também é irregular porque a cada acontecimento enunciativo/discursivo, o sujeito está situado em tempo e em espaço diferentes, isto é, ocupando um lugar social diferente.

Assim, entendemos que um discurso sempre está relacionado a outro discurso, porque os sentidos são resultados das relações desses discursos – anteriores, aqueles que sustentam o discurso no momento do acontecimento enunciativo/discursivo; ou futuros, aqueles que apontam para a possibilidade de outros “novos” discursos. Os sujeitos não apenas recuperam sentidos, eles lançam a possibilidade de outros sentidos à frente. Desse modo, haverá tantos sentidos quantos forem os sujeitos em suas condições de produção. É importante lembrar que as interpretações estão subordinadas ao equívoco. Portanto, o sentido é passível de tornar-se outro. Assim sendo, apreendemos que o papel do analista de discurso é procurar compreender os processos de produção dos sentidos a partir de um dispositivo teórico, considerando a materialidade da linguagem. Para o analista, o que interessa é o funcionamento do discurso.

Referências

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas - SP: Pontes, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar?. In: **Linguística: Questões e Controvérsias**. Publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba. Uberaba: Minas Gerais, 1984.

_____. **Discurso e leitura**. Campinas – SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

_____. **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos**. 6.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Análise do Discurso: Princípios e procedimentos**. 12.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PATRIARCALISMO. **Dicionário online de português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/patriarcalismo/>. Acesso em: 04 mai. 2020.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988 [1975].

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 [1969].

_____. A aplicação dos conceitos da linguística para a melhoria das técnicas de análise de conteúdo. In: **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

Recebido em 16 de agosto de 2020.

Aceito em 20 de outubro de 2020.